Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA

Sras e Srs Deputados

Sras e Srs Membros do Governo

Dentro de, aproximadamente, quinze dias, o povo português vai ser chamado a votar, para decidir a composição da Assembleia da República.

Tal como o ordenamento constitucional estipula, os(as) deputados(as) eleitos(as) são, antes de mais, representantes da Nação e, por inerência, de todo o povo português.

Acresce, a este estatuto, a sua representação territorial - de Distrito ou de Região Autónoma -, facto que consubstancia, em nossa opinião, uma feliz construção constitucional, no equilíbrio da representatividade e funções, destes e destas representantes das populações.

Em conformidade com este estatuto, a responsabilidade dos(as) representantes eleitos(as) é assumida, não só perante os(as) eleitores(as) do respectivo Círculo Eleitoral, mas também perante todo o povo português, pelas políticas e propostas que foram chamados(as) a pronunciarem-se.

Não é, pois, intelectualmente honesto, que os Partidos e os seus representantes eleitos fujam à responsabilidade, ou escondam, em período eleitoral, as suas responsabilidades, na actual crise e na perca de direitos e de qualidade de vida, que os(as) portugueses(as) sofreram, ao longo destes 4 anos e meio de maioria socialista.

A maioria PS é responsável, antes mesmo de ter rebentado a grande crise, pelo corte no investimento público - um

acumulado negativo de 14%, nos primeiros três anos de governo –, factor importante para o aumento do desemprego.

Longe, muito longe mesmo, da promessa dos 150.000 novos postos de trabalho.

A maioria socialista é responsável pelo maior ataque aos(às) trabalhadores(as), com a revisão do Código de Trabalho do PSD/CDS. O PS, não só desmentiu tudo o que tinha dito quando estava na oposição, como tornou qualquer trabalhador num precário, colocando todo o poder das relações laborais nas mãos dos empregadores.

Hoje, em Portugal, ser jovem à procura do 1º emprego, é ser candidato a ser pobre, com o horizonte da precariedade como pano de fundo e pertencendo à geração dos 500 euros.

A maioria PS lançou o seu ataque à escola pública, amachucando os(as) professores(as), retirando-lhes direitos, matando a gestão democrática e equiparando a função pedagógica ao patamar da burocracite mais rasteira.

A maioria PS coroou o seu mandato com a escandalosa reforma da Segurança Social, que mais não foi do que um indecoroso assalto às reformas, em particular, dos que menos têm.

São estes os resultados da política socialista, que defraudou as expectativas de muitos milhares de portugueses(as) que acreditaram, há 4 anos e meio atrás, que votar PS era enterrar as políticas do PSD/CDS.

O PS nada alterou, no que respeita às linhas de fundo que vinham do anterior governo.

A mesma linha de ataque aos mais frágeis, enquanto aos poderosos, as benesses do PS compintam com as do PSD/CDS.

Aí está a continuidade da política privatizadora de empresas estratégicas - que conformam, na prática, monopólios -, como a Galp, EDP, REN, ANA e Águas de Portugal, em particular.

É bem verdade que a crise suspendeu este processo, mas os casos da Galp e da EDP são ícones.

Em dois anos, Américo Amorim pagou todo o seu investimento na Galp, com os lucros fabulosos desta, enquanto o Estado ficou apeado de instrumentos para o combate à crise e apoio às empresas, através, por exemplo, de um custo rigoroso da energia.

Pergunto agora aos socialistas: qual a diferença com Manuela Ferreira Leite? Quando esta candidata, ainda há poucos dias, reafirmou a justeza destas medidas porque, para ela, o mercado é o alfa e o ómega da economia.

Mas a vida, infelizmente, dá-nos mais provas desta comunhão.

Enquanto ministra das finanças do Governo Durão Barroso/Paulo Portas, Manuela Ferreira Leite importou para Portugal as célebres parcerias público/privadas.

Tem o Tribunal de Contas desdobrado-se em relatórios, demonstrando o negócio ruinoso que constituem para o Estado (logo, para todos(as) nós), mais parecendo um sistema legal de passar fundos públicos para os bolsos dos privados com poder.

O governo da maioria PS não cortou com estas práticas erradas, antes pelo contrário, fez delas uma prática constante, obrigando o socialista Presidente do Tribunal de Contas a mais e mais relatórios de reprovação.

Mas o mimetismo prolonga-se: Ferreira Leite concede à LUSOPONTE, presidida pelo seu colega Ferreira do Amaral, o monopólio das travessias do Tejo, até Vila Franca de Xira, enquanto José Sócrates entregou à LISCONT, presidida (na Holding) pelo seu colega Jorge Coelho, sem concurso público e por 27 anos, a gestão do Porto de Lisboa.

Estes são traços essenciais da política do PSD e do PS. Na essência, é a mesma política e, portanto, a escolha não está entre um ou outro.

Está entre esta política e uma verdadeira política de esquerda que seja fiel à esquerda.

Mas, mesmo no combate aos efeitos da crise, o PS pende para o lado dos mais fortes e sacrifica os mais fracos.

Perante o escândalo BPN, o governo PS nacionaliza o Banco, mas deixa de fora os activos da SLN. Isto é, obriga o povo português a pagar esta falcatrua gigante e os donos e gestores da SLN continuam detentores dos bens extirpados do cancro BPN.

Em contrapartida, o governo PS, perante a crise gigantesca do desemprego, não facilita o acesso ao subsídio de desemprego a mais de 180.000 desempregados porque, vítimas da precarização e dos recibos verdes, são duplamente vitimizados, ao verem ser-lhes negado este acesso.

Dois pesos, duas medidas.

Os efeitos destas políticas penalizam, tanto os minhotos, como os madeiranses, como os alentejanos ou os açorianos e, no caso concreto dos Açores, duplamente, quando, crescentemente, se importam para cá estas más práticas políticas.

É sobre tudo isto que os(as) deputados(as) da República têm de prestar contas, porque são co-responsáveis por estas práticas e por estas políticas, que tanto afectam os(as) açorianos(as).

Mascarar tudo isto e propor aos(às) açorianos(as) - 'votem no meu amigo ou na minha amiga, porque daí podem vir alguns favores' - é um insulto à democracia e à inteligência deste povo, além duma prática fomentadora da abstenção e da falência da participação cidadã.

A alternativa não está no 'amigo' ou na 'amiga'. A alternativa está entre políticas e práticas que levaram este país para a situação grave em que se encontra, ou políticas fiéis à esquerda, que:

- Coloquem a transparência da economia no centro;

- Sejam ousadas no combate ao desemprego;

- Façam justiça, na reforma, a quem trabalhou toda uma vida;

- Coloquem os serviços públicos ao serviço das populações;

- Ousem colocar a energia ao serviço da recuperação económica;

- Ousem ter uma política pública de juros, ao serviço do progresso económico;

- Respeitem o ambiente, como factor de desenvolvimento.

A Democracia precisa de clareza, nas políticas e nas propostas e de responsabilidade, nas acções.